



ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM RORAIMA: A RELAÇÃO ENTRE PRÁTICAS E FORMAÇÃO DO PROFESSOR

ENSEÑANZA DE LENGUA PORTUGUESA EN RORAIMA: LA RELACIÓN ENTRE PRÁCTICAS Y FORMACIÓN

Elecy Rodrigues Martins¹

RESUMO: O propósito desse trabalho é apresentar orientações teóricas e oficiais sobre a abordagem da variação linguística em sala, como também apresentar indícios que sugerem uma formação profissional mais sistematizada para promoção de práticas de ensino mais condizentes com a proposta nacional e considerando o contexto de Roraima. Para tanto, expõe-se algumas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de língua portuguesa, especialmente os que se referem ao trato da variação linguística. Apresenta-se dados de pesquisas realizadas em Roraima que referem-se às práticas de ensino dessa disciplina e, partir dessas discussões, mostra-se a necessidade da oferta de formação adequada ao professor para promover ajustes entre o que se propõe e o que se oferece como ensino de língua portuguesa.

Palavras-chave: Orientações oficiais, Variação linguística, Práticas de ensino, Formação de professor.

RESUMEN: El propósito de este trabajo es presentar orientaciones teóricas y oficiales sobre el abordaje de la variación lingüística en clase, como también presentar indicios que sugieren una formación profesional más sistematizada para la promoción de prácticas de enseñanza más condicientes con la propuesta nacional y considerando el contexto de Roraima. Para tanto, se exponen algunas orientaciones de los Parámetros Curriculares Nacionales (PCN) para la enseñanza de lengua portuguesa, especialmente los que se refieren al trato de la variación lingüística. Se presentan datos de investigaciones realizadas en Roraima que se refieren a las prácticas de enseñanza de esa asignatura y, a partir de esas discusiones, se muestra la necesidad de la oferta de formación adecuada al profesor para promover ajustes entre lo que se propone y lo que se ofrece como enseñanza de lengua portuguesa.

Palabras clave: Orientaciones oficiales, Variación lingüística, Prácticas de enseñanza, Formación de profesor.

¹ Professora do curso de Letras da Universidade Estadual de Roraima- UERR/ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.



INTRODUÇÃO

O ensino de língua portuguesa é sistematizado através de quatro eixos: a leitura, a produção de texto, a oralidade e os conhecimentos linguísticos. Esse último compreende o uso e análise das características da língua portuguesa. As práticas de ensino voltadas para o desenvolvimento do conhecimento dos alunos referentes a esses eixos de ensino devem ser concretizadas através de gêneros textuais, pois a linguagem se concretiza através de gêneros. Diante dessas premissas básicas de ensino, como a variação linguística deve ser abordada em sala? Qual é a postura didática e pedagógica do professor em relação ao ensino de língua portuguesa?

Partindo desses questionamentos, o propósito desse trabalho é apresentar orientações sobre o ensino de língua difundidos desde o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sobre a abordagem da variação em sala, como também apresentar indícios que sugerem uma formação profissional mais sistematizada para promoção de práticas de ensino de língua portuguesa condizentes com a proposta nacional e adequada ao contexto multilinguístico e cultural de Roraima.

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PRÁTICA DO PROFESSOR.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) compõem uma proposta geral do Ministério da Educação para todos os níveis do ensino básico brasileiro em diversas áreas do conhecimento. Os parâmetros representam as orientações vigentes desde 1997, portanto configuraram, por um longo período, o conjunto de diretrizes norteadoras dos currículos escolares. Foram apresentados como um documento cuja elaboração procurou

de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1998 p. 5).

Assim, além de propor uma orientação à construção do currículo das escolas em busca de estabelecer uma base comum a todos, também os impulsiona à valorização das características regionais. Nessa perspectiva, o ensino de língua portuguesa deve, além de tratar dos aspectos gerais da língua, também tratar das peculiaridades regionais de forma a fornecer ao aluno conhecimentos múltiplos sobre a língua e seus usos contextualizados.

O documento apresenta a língua portuguesa como heterogênea, considerando, assim, a importância dessa característica para um ensino adequado, estimulando o professor a proporcionar ao aluno a aquisição da variação padrão da língua, sendo esta a sua principal meta, e o reconhecimento e valorização cultural das outras variedades, desmistificando preconceitos e proporcionando a inserção social através do desenvolvimento sua competência discursiva. Dessa forma, consta nos PCN que

A Língua Portuguesa é uma unidade composta de muitas variedades. [...] Frente aos fenômenos da variação, não basta somente uma mudança de atitudes; a escola precisa cuidar para que não se reproduza em seu espaço a discriminação linguística. Desse modo, não pode tratar as variedades linguísticas que mais se afastam dos padrões estabelecidos pela gramática tradicional e das formas diferentes daquelas que se fixaram na escrita como se fossem desvios ou incorreções. E não apenas por uma questão metodológica: é enorme a gama de variação e, em função dos usos e das mesclas constantes, não é tarefa simples dizer qual é a forma padrão (efetivamente, os padrões também são variados e dependem das situações de uso). Além disso, os padrões próprios da tradição escrita não são os mesmos que os padrões de uso oral, ainda que haja situações de fala orientadas pela



escrita.

A discriminação de algumas variedades linguísticas, tratadas de modo preconceituoso e anticientífico, expressa os próprios conflitos existentes no interior da sociedade. Por isso mesmo, o preconceito linguístico, como qualquer outro preconceito, resulta de avaliações subjetivas dos grupos sociais e deve ser combatido com vigor e energia. É importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana.

Para isso, o estudo da variação cumpre papel fundamental na formação da consciência linguística e no desenvolvimento da competência discursiva do aluno, devendo estar sistematicamente presente nas atividades de Língua Portuguesa. (BRASIL, 1998, p. 81,82)

Esse trecho já traz uma dimensão de ensino diferente daquelas que preveem exclusivamente o trato da gramática normativa como foco do ensino. Primeiro, porque apresenta a variação como característica inerente à língua portuguesa, depois pela orientação de abordagens dessa característica durante processo de ensino para que se proporcione ao aluno “formação da consciência linguística” e o desenvolvimento de sua “competência discursiva”².

O conceito de competência comunicativa trazido nos PCN de língua portuguesa do terceiro e quarto ciclos refere-se “a um sistema de contratos semânticos responsável por uma espécie de filtragem que opera os conteúdos em dois domínios interligados que caracterizam o dizível: o universo

intertextual e os dispositivos estilísticos acessíveis à enunciação dos diversos discursos” (BRASIL, 1998, p. 23). Esse conceito possui estreita relação com conceito de competência comunicativa utilizada nesse trabalho, que corresponde à capacidade do indivíduo de transitar por várias situações sociocomunicativas, utilizando recursos linguísticos e discursivos adequados aos momentos de interação social (BORTONIRICARDO, 2004, p. 73).

É nessa perspectiva que se defende o ensino da língua portuguesa. Parte-se do princípio de que tratar das variações linguísticas é um caminho obrigatório para o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, dadas as diversas situações sociointeracionais que o aluno pode participar ao longo da sua vida pessoal, social e profissional.

Sobre os objetivos gerais do ensino de língua portuguesa para o ensino fundamental, os PCN propõem seis, dos quais três estão intrinsecamente ligados à abordagem da variação linguística. São eles:

Utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso;

Conhecer e valorizar as diferentes variedades do português, procurando combater o preconceito linguístico;

Usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de análise linguística para expandir sua capacidade de monitoração das possibilidades de uso da linguagem, ampliando a capacidade de análise crítica. (BRASIL, 1998, p. 32-33)

Tais objetivos orientam ensino de língua portuguesa no sentido de “atender a múltiplas demandas sociais”, “valorizar as diferentes variedades do português” e

² Competência discursiva é a competência de saber inserir-se em ambientes discursivos estabelecidos pelas instituições que compõem a vida social de uma comunidade linguística, manejando os diversos gêneros textuais (...) de acordo com a necessidade de interação social (BALTAR, 2006)



“expandir a capacidade de monitoração³ das possibilidades de uso da linguagem” do aluno. Dessa forma, contemplar esses objetivos nas práticas de sala de aula perpassa obrigatoriamente pelo trato da variação linguística e, conseqüentemente, pela abordagem das variações de prestígio social e pelas mais socialmente estigmatizadas, dado o seu valor sociossimbólico. Portanto, trabalhar com a variação pressupõe a promoção de atividades e discussões sobre os fatores internos e externos que motivam essas variações, tanto da modalidade oral quanto na modalidade escrita da língua.

Para a prática de análise linguística, os PCN apresentam como um dos objetivos o de desenvolver a capacidade de “verificar as regularidades das diferentes variedades do Português, reconhecendo os valores sociais nelas implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra as formas populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos” (BRASIL, 1998, p. 52) Isso indica que deve haver estímulo às práticas que viabilizem a observação e análise da língua e de suas características, no sentido de dar conta da variação intrínseca ao processo linguístico, no que diz respeito:

- Aos fatores geográficos (variedades regionais, variedades urbanas e rurais), históricos (linguagem do passado e do presente), sociológicos (gênero, gerações, classe social), técnicos (diferentes domínios da ciência e da tecnologia);
- Às diferenças entre os padrões da linguagem oral e os padrões da linguagem escrita;
- À seleção de registros em função da situação interlocutiva (formal, informal);
- Aos diferentes componentes do sistema linguístico em que a variação se manifesta: na fonética (diferentes pronúncias) no léxico (diferentes empregos de palavras), na morfologia (variantes e reduções no sistema flexional e derivacional), na sintaxe (estruturação das sentenças e concordância)

3 Monitoração estilística- pressupõe que o falante, ao dominar a língua em seus aspectos mais formais e normativos, pode, em contextos formais, fazer uso de formas mais monitoradas, correspondentes à variação padrão da língua. E, em contextos menos formais, fazer uso de formas menos monitoradas. A adequação dessas formas de uso da língua em relação ao contexto em que os sujeitos estão inseridos corresponde ao exercício da sua competência comunicativa. (BORTONI-RICARDO, 2004).

(BRASIL, 1988, p. 60)

Orientam também que se deve promover a comparação dos fenômenos linguísticos observados na fala e na escrita nas diferentes variedades, privilegiando alguns domínios, entre eles. Nessa perspectiva de ensino, a língua deve ser tomada como um todo, com aspectos diversos a serem abordados em sala de aula. Esse todo é materializado através do texto, sendo este reconfigurado como objeto de ensino, o elemento de início e o propósito do fim desse processo de ensino. Assim a abordagem da gramática, apesar de essencial, deixa de ser o centro das ações de ensino do professor, passando uma abordagem complementar na tarefa de ensinar o aluno a lidar com os gêneros textuais em seus diversos meios interacionais.

Nessa perspectiva dos PCN a atividade metalinguística não deve tomar o propósito central de ensino, mas sim servir de apoio para a discussão dos aspectos da língua que o professor seleciona e ordena no curso do ensino-aprendizagem. Confere-se então, esse documento oficial busca atender as demandas de ensino, tendo em vista as características da nossa língua, orientando as abordagens que, se seguidas pela e escola e pelo professor, poderiam resultar em práticas mais condizentes com nossa realidade.

A perspectiva de ensino que aborda a variação linguística como um conhecimento linguístico pertinente à formação básica pode possibilitar ao aluno uma flexibilidade linguística e estilística de usos da língua, implicando a monitoração linguística na perspectiva oral e escrita, como preconizam os PCN.

No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições



do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas: saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa, dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem. (BRASIL, 1998, p. 31).

Contudo, na contramão dessa perspectiva, ainda vivenciamos práticas de ensino tradicionais que privilegiam o ensino da gramática como princípio e fim, deixando a abordagem dos outros eixos de ensino em segundo plano, sugerindo a exclusão da variação linguística como elemento cotidiano de abordagem. Em pesquisa realizada em sala de aula e descrita em Martins (2012), o depoimento do professor colaborador apresenta uma amostra dessa realidade. De acordo com o professor, o trato do tema, variação linguística, não é viável devido a sua complexidade e à imaturidade dos alunos, como se verifica nas seguintes explicações:

PC-“Pra você tratar um tipo de linguagem específico é muito difícil. É difícil. Porque você vai ter que lidar com todo tipo de linguagem e tirar uma pra você estudar, trabalhar... Não é possível!”

Percebe-se então, a preferência do professor pelas abordagens tradicionais de ensino de língua e, portanto, uma perspectiva contrária ao que propõem os PCN de língua portuguesa

PC –“Olha, a linguística, ela repudia a gramática. Pode jogar a gramática fora. E como é que nos iríamos viver sem a gramática? Como e que eu poderia me comunicar num nível mais ou menos elevado? Pra mim tá no meio dos meus amigos, eu posso falar qualquer linguagem, não posso? Falar nessa linguagem fácil? Mas se eu estiver num meio diferente, eu tenho que falar uma linguagem diferente. E se eu não tiver conhecimento da gramática eu vou me perder.”

A postura de não abordar temas que se

relacionam à variação da língua estão estreitamente ligados às limitações da formação profissional. Dessa forma, o professor ampara-se no conhecimento que disponibiliza e que domina que é o da gramática normativa. Também é esse conhecimento que o professor acredita ser necessário para atuação social do aluno, e portanto, ao ensiná-lo, o professor acredita está cumprindo seu papel.

O conceito de gramática utilizado pelo professor corresponde ao que Antunes (2007, p. 30) especifica como “conjunto de normas que regulam o uso da norma culta” e, nesse sentido, relaciona-se diretamente ao princípio normativo contemplando apenas as regras socialmente privilegiadas e, conseqüentemente, geram oposições do tipo certo versus errado, por sua vez, induz a julgamentos preconceituosos sobre o uso da língua e mais ainda, leva a pensamentos como “não sei o português”.

Outros dados⁴ de pesquisa em andamento adquiridos através de questionários aplicados a dez professores de língua portuguesa do quadro profissional efetivo do estado de Roraima tanto interior (I) quanto da capital (C) sobre práticas de ensino confirmam a postura tradicional de ensino.

Quadro 1 - Frequência de abordagem dos temas em sala de aula

Prof.	Gramática Norma culta	Oralidade	Variação Linguística
1(I)	Semanal	Semanal	Bimestral
2(I)	Semanal	Semanal	Mensal
3(I)	Bimestral	Bimestral	Bimestral
4(I)	Semanal	Semanal	Quinzenal
5(I)	Semanal	Quinzenal	Quinzenal
6(C)	Semanal	Semanal	Bimestral
7(C)	Semanal	Semanal	Bimestral
8(C)	Semanal	Semanal	Mensal
9(I)	Semanal	Semanal	Mensal
10(C)	Semanal	Semanal	Bimestral

Fonte: Elaborado pela autora.

⁴ Pesquisa em andamento: Crenças e atitudes linguísticas de professores de língua portuguesa em Roraima e a relação com sua formação e suas práticas pedagógicas. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.



Sobre a frequência com que os temas gramática e norma culta, oralidade e variação linguística são abordados em suas práticas de ensino de língua portuguesa, nove professores disseram que, semanalmente, abordam temas da gramática e norma culta, oito afirmam abordar a oralidade também semanalmente e cinco dizem abordar bimestralmente temas referentes à variação linguística. Nota-se então, um desnível em relação à abordagem dos temas, sobressaindo-se a prática mais rotineira do ensino de gramática, fatos que fornecem indícios da necessidade de busca/oferta de formação que proporcionem o reordenamento desse processo de ensino.

É importante ressaltar quão relevante é a prática de ensino que estimula a obtenção de conhecimentos pertinentes à gramática normativa, cujos aspectos remetem a variação padrão, à norma mais prestigiada socialmente. Esse princípio é adotado por alguns linguistas, entre eles, cito Possenti (1996, p. 17) que afirma categoricamente que “o papel da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico”. Mas, esse mesmo autor, na mesma obra, ao passo que reafirma a existência das variações linguísticas e a impossibilidade de uniformização da língua, também diz que “uma discussão sobre valores sociais pode ser uma aula de português mais valiosa e frutífera do que uma aula com exercícios para eliminar gírias, regionalismos e solecismos” (POSSENTI, 1996, p. 37).

Ensinar o português padrão, aquele correspondente à norma culta e seus aspectos

gramaticais é pertinente, pois, através desses conhecimentos, o aluno vai adquirindo parâmetros para monitoração. O domínio de usos da variação socialmente privilegiada, seja na forma oral ou escrita, possibilita o desenvolvimento da competência comunicativa⁵ defendida por Hymes (1972), a inserção social dos indivíduos e o acesso a ambientes discursivos⁶ também privilegiados. Portanto, é bastante apropriada a afirmação de Scherre (2005, p. 93) segunda a qual “seu ensino (da gramática normativa) tem, nas comunidades modernas, uma função da qual não se pode fugir. Não se pode furta de ensinar a usar uma arma de luta social.” Mas o papel do professor não se restringe apenas a essa prática, pois o ensino da língua portuguesa em sala deveria corresponder muito mais à reflexão sobre seus usos e suas estruturas do que ao ensino de terminologia gramatical e de regras de classificação de itens isolados da língua.

PRIMEIROS PASSOS EM BUSCA DE OUTRAS PERSPECTIVAS

Pode-se inferir que os desajustes entre o que os documentos oficiais orientam e as efetivas práticas de ensino em sala de aula deem-se, em parte, pela concepção de linguagem adotada, o que é resultado dos processos de formação vivenciados pelo professor. A adoção, muitas vezes inconsciente de determinadas concepções gera atitudes condizentes com seus princípios, fato perceptível, dadas as suas preferências pedagógicas. Pode-se perceber que professor ainda adota uma visão de língua divergente da concepção linguagem enquanto meio de interação, portanto, uma prática social, posta aqui como mais pertinente ao ensino de língua portuguesa,

5 Hymes (1972) propõe uma teoria em que há a necessidade de transcender os aspectos estruturais da fala e associa-los às características socioculturais: a competência comunicativa. Esta abrange o uso da língua e seus aspectos estruturais, associados a situações contextuais, sociais e culturais. Afirma que a aquisição de tal competência é naturalmente ampliada pela experiência social, por necessidades e motivações diversas.

6 Ambientes discursivos são os lugares ou as instituições sociais onde se organizam formas de produção com respectivas estratégias de compreensão onde ocorrem as atividades de linguagem, através dos textos empíricos classificados em gêneros textuais; por exemplo, o ambiente discursivo escolar, acadêmico, mídia, jurídico, religioso, político. (BALTAR, 2006).



dada a abrangência das implicações pedagógicas que pressupõem a adoção dessa visão.

Uma nova postura didática poderia referenciar-se primeiro no pressuposto de que a aprendizagem dá-se durante processo interacional em sala de aula; e segundo, no fato de o ensino de língua dá-se não somente através de exercícios metalinguísticos, de ensino de terminologia gramatical e de regras de classificação de itens isolados da língua, mas principalmente através de “uma pedagogia voltada para o todo da língua e não para algumas de suas formas” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 35), pensamento compartilhado por Bagno quando defende que

(...) ensinar a norma-padrão não quer dizer simplesmente levar o aluno a conhecer todas as regras, a familiarizar-se com elas, a fazer ele saber aplicá-las com precisão e adequação. É muito mais do que isso. Na minha proposta defendo um ensino crítico da norma-padrão. E para empreender essa crítica, é necessário despejar sobre o pano de fundo homogêneo do cânon linguístico da heterogeneidade da língua realmente usada. Para tanto, a escola deve dar espaço ao máximo possível de manifestações linguísticas, concretizadas no maior número possível de gêneros textuais e de variedades de línguas: rurais, urbanas, orais, escritas, formais, informais, cultas, não-cultas etc. Proponho como Mattos e Silva (1995:37) “uma pedagogia voltada para o todo da língua e não para algumas de suas formas” (BAGNO, 2001, p. 156)

Uma postura pedagógica que adote, via de regra, o ensino da língua, e não somente de parte dela, necessariamente abordará as variações linguísticas como um conhecimento necessário ao aluno, para que ele as conheça e conseqüentemente as tenha como possibilidade de uso.

PARA CONCLUIR

Do exposto, conclui-se que há orientações claras para que a variação linguística seja um tema abordado em sala de aula dado o fato de que a língua portuguesa é heterogênea, mas há indícios de que postura

didática e pedagógica do professor em relação ao ensino de língua portuguesa ainda apresenta limitações em relação a essa abordagem. Deve-se portanto, como proposta de ampliação dessa discussão, saber quais são essas limitações. Esses indícios sugerem a oferta de uma formação profissional mais sistematizada para promoção de práticas de ensino de língua portuguesa mais condizentes com a proposta nacional e considerando o contexto multicultural e sociolinguístico de Roraima.

Como princípio de mudança, pode-se adotar o que sugere Geraldi (2003, p. 106) que propõe o ensino de língua baseado em grandes eixos teóricos, que são: concepção da linguagem como interação, já preconizada pela Proposta Curricular do Estado; as variedades linguísticas e as teorias do texto/discurso cujas práticas devem ser articuladas. A adoção de uma postura mais funcional da linguagem exige da escola e do professor mudanças significativas. Defende-se portanto, que para promover essas mudanças no ensino de língua portuguesa no estado deve haver um investimento sistemático em formação continuada, atrelado à adoção de mecanismos formais de incentivo à participações dos professores. A esse respeito, Veiga (2002), ao apontar a indissociabilidade entre formação inicial e formação continuada, diz que a melhoria da qualidade da formação profissional e a valorização do trabalho pedagógico requerem a articulação entre instituições formadoras e as agências empregadoras, ou seja, a própria rede de ensino. Isso requer esforços individuais, dos professores, coletivos, da escola, e políticos, do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática. Por um ensino de línguas sem pedras no caminho.** São Paulo: Parábola, 2007.
- BALTAR Marcos. **Competência discursiva e gêneros textuais.** 2ed. Caxias do Sul, RS:



Educs, 2006.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: MEC/SEF, 1998.

HYMES, D. **On Communicative Competence**, in: PRIDE, J. B. e HOLMES, J. (Orgs.) *Sociolinguistics.* Harmondsworth: Penguin, 1972.

MARTINS, Elecy Rodrigues. **A concordância de número no sintagma nominal: um olhar sobre a variação linguística em sala de aula.** Boa Vista/RR. Universidade Federal de Roraima. Dissertação 2012. 131p

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **“O português são dois...”: Novas fronteiras, velhos problemas.** São Paulo: Parábola, 2004.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 1996.

SCHERRE, Maria Martha Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito.** São Paulo: Parábola, 2005.

VEIGA, I. P. A. **Escola currículo e ensino.** In VEIGA, I. P. A. e CARDOSO, M. H. F. (org). *Escola Fundamental Currículo e Ensino.* 2 ed. Campinas: SP: Papyrus. 1995. (coleção magistério: Formação e trabalho pedagógico)